

20 JUL 2001

JORNAL DO BRASIL

A lógica da moderação

P29

ALCIDES AMARAL

A movimentação na taxa básica de juros efetuada pelo Banco Central mais uma vez frustrou a opinião da maioria dos analistas. Um significativo grupo deles apostava numa alteração apenas simbólica – de zero a meio por cento –, enquanto outro grupo previa algo mais agressivo, no mínimo um e meio por cento adicionais. Com os 75 “basis points” definidos pelo Copom muita gente ficou sem entender qual a lógica desse moderado aumento.

Discutir propriedades das taxas de juros básicas da economia é tarefa difícil, por vezes polémica. É assim no Brasil sempre que o Copom se reúne, como o é em outras partes do mundo. Enquanto a nossa autoridade está tentando balizar os juros para controlar o processo inflacionário, o todo-poderoso Greenspan vem fazendo cortes significativos para fazer com que a economia do Tio Sam retome seu ritmo de crescimento. Pelo menos neste aspecto a Argentina fica fora da discussão, pois, por possuir sua moeda atrelada ao dólar, não tem como fazer política monetária.

Qual, portanto, a lógica da elevação da taxa de juros dos 18,25% a.a., então em vigor, para o novo patamar de 19% a.a.?

Como já foi dito e é de pleno conhecimento da sociedade, o controle da inflação dentro das metas estabe-

lecidas com o FMI (Fundo Monetário Internacional) é prioridade nº 1 de nosso Banco Central. Com cerca de quase 3% registrados no primeiro semestre, para que os 6% não sejam ultrapassados a economia terá que sofrer mais um pouco, além do esfriamento que virá naturalmente pela redução de energia. E certamente esse impulso adicional nas taxas – não esquecer que elas estavam em 15,25% em março deste ano – fará com que o crédito bancário seja afetado. E, por consequência, menos consumo e menos inflação.

Embora alguns afirmem que o efeito não será o desejado, pois a pressão inflacionária vem das tarifas públicas, não há dúvidas de que os agentes econômicos – e os consumidores – irão sentir ao longo do tempo o peso desse novo patamar de juros. Até aqui o Sistema Financeiro vinha comprimindo seus “spreads” para não repassar totalmente para os juros finais os constantes aumentos implementados pela autoridade ao longo dos últimos quatro meses. A dúvida é se daqui para frente isso continuará sendo possível. Acreditamos que não e, portanto, todos terão um custo maior para rolar suas dívidas.

O que se espera, portanto, é que com mais esse aumento estejamos perto do limite de altas para que possamos, ao longo do segundo semestre, voltar a ter taxas decrescentes. O Brasil deverá crescer não mais do que 2,5% neste ano 2001 – a crise energética é a grande responsável por essa perspectiva mais sombria – mas tere-

mos que começar a repensar o país do ano 2002 onde espera-se, embora não assegurado, que a economia volte aos níveis de crescimento antes programados de 4% a 4,5% ao ano.

A lógica, pois, desse moderado aumento é antes de mais nada mostrar para a sociedade que o Banco Central está atento àquilo que mais afeta a vida do assalariado – o custo da inflação – independentemente dos impactos negativos que tais medidas podem significar. Torcemos, pois, para que a autoridade tenha feito exata-

mente o que deveria fazer e não simplesmente, como pretendem alguns, “guardando munição” para quando o quadro ficar mais preocupante.

Alcides Amaral, jornalista, é ex-presidente do Citibank.

*O Banco Central
está atento
àquilo que mais
afeta a vida
do assalariado,
o custo da
inflação*